

NOTAS EXPLICATIVAS

1. INFORMAÇÕES GERAIS	2
2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	2
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9
4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
5. CONTAS A RECEBER	10
6. ESTOQUES.....	10
7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	11
8. DEMAIS TRIBUTOS A RECUPERAR.....	11
9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	13
10. CRÉDITOS ELETROBRÁS.....	15
11. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO.....	15
12. INVESTIMENTOS.....	16
13. IMOBILIZADO	17
14. INTANGÍVEIS	18
15. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS	20
16. FINANCIAMENTOS DE IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS	23
17. SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÕES.....	23
18. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA	24
19. PROVISÕES TRIBUTÁRIAS, CÍVEIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS.....	24
20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS, LÍQUIDOS.....	27
21. CAPITAL SOCIAL, AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL, RESERVAS E DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS.....	28
22. RECEITAS	31
23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA	31
24. RESULTADO FINANCEIRO	32
25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS.....	32
26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO	33
27. LUCRO POR AÇÃO	34
28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO.....	34
29. TRANSAÇÕES QUE NÃO IMPACTARAM NO CAIXA.....	36
30. COBERTURA DE SEGUROS.....	37
31. COMPROMISSOS.....	37
32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	37
33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E HEDGE DE INVESTIMENTO LÍQUIDO NO EXTERIOR	38
34. GERENCIAMENTO DO RISCO FINANCEIRO.....	39

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Tupy S.A. (“Controladora”) e suas controladas (conjuntamente, “Companhia” ou “Consolidado”) possuem relevante posição nacional e internacional na atividade de fundição de ferro, maior fundição do ocidente em blocos e cabeçotes de motor em ferro fundido com diversificada base de clientes nos continentes americano, europeu e asiático, atuando nos segmentos automotivo (blocos, cabeçotes e peças) e de hidráulica (conexões, granelhas e perfis), com plantas industriais no Brasil, em Joinville-SC e Mauá-SP, e no México, nas cidades de Saltillo e Ramos Arizpe. Além das plantas industriais, a Controladora possui sociedades no exterior atuando na logística, comercialização e assistência técnica.

A Tupy S.A. é uma sociedade anônima, com sede em Joinville-SC, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA”: TUPY3) e listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 26 de fevereiro de 2015.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

A Companhia declara que todas as informações relevantes, e somente as relevantes, estão sendo divulgadas. As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras individuais da Controladora, as quais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, uma vez que a partir de 2014, o IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas permitiu a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas. Essas demonstrações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.
- As demonstrações financeiras consolidadas, as quais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.4.

As alterações e interpretações de normas em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2014 não são relevantes para a Companhia.

2.2 Consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Em 31 de dezembro de 2014 as controladas consolidadas são:

		Participação (*)	Moeda funcional	Localização da sede
Controladas Diretas				
Tupy Mexico Saltillo, S.A. de C.V.	(a)	100,00	Dólar	México
Technocast, S.A. de C.V.	(a)	100,00	Dólar	México
Servicios Industriales Technocast, S.A. de C.V.	(b)	100,00	Dólar	México
Tupy American Foundry Corporation	(c)	100,00	Dólar	EUA
Tupy American Iron & Alloys Corporation	(d)	100,00	Dólar	EUA
Tupy Europe GmbH	(c)	100,00	Euro	Alemanha
Tupy Overseas S.A.	(e)	100,00	Dólar	Luxemburgo
Tupy Argentina S.R.L.	(d)	100,00	Reais	Argentina
Tupy Agroenergética Ltda.		100,00	Reais	Brasil
Sociedade Técnica de Fundições Gerais SA. - Sofunge "em liquidação"		100,00	Reais	Brasil
Controlada Indireta				
Diesel Servicios Industriales, S.A. de C.V.	(b)	100,00	Dólar	México

(*) Participação no capital social e no capital votante.

Principais atividades das empresas controladas:

- (a) Plantas industriais voltadas ao segmento de produtos automotivos;
- (b) Prestadoras de serviços industriais para controladas no México;
- (c) Sociedades no exterior, funcionando como extensão das atividades do Brasil e atuando na logística, comercialização e assistência técnica do segmento automotivo;
- (d) Sociedades no exterior, funcionando como extensão das atividades do Brasil e atuando na logística, comercialização e assistência técnica do segmento de hidráulica;
- (e) Sociedade no exterior constituída com o intuito de possibilitar a emissão de títulos de dívida no mercado internacional.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas Consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

b. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais, resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado financeiro como variações monetárias e cambiais líquidas. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como outras receitas (despesas) operacionais líquidas.

As variações cambiais dos títulos monetários em moeda estrangeira classificados pelo custo amortizado são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários estão incluídas na conta ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

c. Controladas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades Consolidadas (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias.
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como hedge desses investimentos são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior, são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos:

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes de prejuízo fiscal e/ou diferenças temporárias nas demonstrações financeiras. É registrada uma provisão para perda de ativos fiscais quando a capacidade de recuperação destes ativos não for provável.

A determinação da provisão para imposto de renda ou imposto de renda diferido, ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, preços, custos operacionais e outros gastos.

b. Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que está conforme as práticas da indústria e experiência prévia, e refletem a vida econômica do ativo imobilizado. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada planta industrial. As vidas úteis do ativo imobilizado também afetam os testes de recuperação, quando necessário.

A Companhia não acredita que existam indicativos de alterações materiais nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por incapacidade de recuperação do ativo imobilizado. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

c. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia testa anualmente seu ágio e outros ativos de longo prazo sempre que acontecimentos e circunstâncias indicam que os fluxos de caixa descontados, estimados para serem gerados por tais ativos, são menores do que os valores contábeis desses itens.

As estimativas de fluxo de caixa baseiam-se nos resultados históricos ajustados para refletir a melhor estimativa de mercado e condições operacionais da Companhia. As estimativas dos valores reais usadas, pela Companhia, para calcular a perda por redução do valor de recuperação, se houver, representam a melhor estimativa com base nos fluxos de caixa previstos, tendências do

setor e referência às taxas e operações de mercado. A perda por redução do valor de recuperação também pode ocorrer quando decidimos alienar ativos.

d. Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas

As provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável pela Administração da Companhia em conjunto com seus consultores jurídicos. O registro das contingências ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, bem como em outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

2.5 Políticas contábeis específicas da Companhia

a. Ferramentais de terceiros

Referem-se a ferramentais em produção para atender contratos com clientes. São avaliados pelo custo de aquisição e construção, deduzido de provisão para ajuste aos prováveis valores de realização, quando aplicável. Quando terminados são faturados aos clientes e permanecem na Companhia, suportados por contrato de comodato, para serem utilizados no processo produtivo.

b. Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(i) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em resultado financeiro no exercício em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso

de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade.

(ii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos e hedge de investimento líquido no exterior

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de câmbio e *swaps* de taxa de juros, e *hedge* de investimento líquido no exterior para administrar suas exposições às taxas de câmbio e juros.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. (Nota 33)

Os instrumentos derivativos financeiros contratados pela Companhia não se qualificam para a contabilização de *hedge* e são classificados como derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado e, dessa forma, todas as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas imediatamente no resultado financeiro. (nota 24)

O valor justo total de um instrumento financeiro derivativo é classificado como não circulante, quando o vencimento do contrato for superior a 12 meses.

Hedge de investimento líquido no exterior

A Companhia designa empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira como instrumento de *hedge* para proteção do risco de variação cambial proveniente de investimentos mantidos pela Companhia no exterior oriundos da conversão dos referidos investimentos para moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

No início de cada operação a Companhia documenta:

- a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por *hedge*;
- os objetivos da gestão de risco;
- a estratégia para a realização da contabilidade de *hedge*;
- a avaliação de que os instrumentos de hedge usados nas operações são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo dos itens protegidos por *hedge*.

A parcela efetiva do ganho ou perda de um instrumento de *hedge* designado e qualificado como *hedge* de investimento líquido no exterior é reconhecida no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado financeiro da Companhia. As movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido estão demonstradas na nota 33.

Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcial ou integralmente alienada ou vendida.

c. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. (nota 15)

d. Benefícios a empregados

A Companhia possui planos de benefícios definidos nas operações no México que são financiados por pagamentos aos fundos fiduciários determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui plano de contribuição definida para os empregados no Brasil.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Com relação a planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

e. Remuneração com base em ações

A Companhia possui plano de remuneração com base em ações para os Administradores. A parte da remuneração variável dos Administradores são liquidadas através da emissão de instrumentos de patrimônio líquido. O valor justo dos serviços, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas.

O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas.

f. Adiantamentos de clientes

Referem-se a adiantamentos de recursos para a construção de ferramentais que serão utilizados no processo produtivo. São registrados pelos valores contratados e atualizados pela variação cambial quando aplicável e liquidados quando do faturamento do objeto da transação. A receita proveniente do adiantamento de clientes é reconhecida quando da conclusão da construção de ferramentais e com a aprovação do ferramental pelo cliente.

g. Receitas

As receitas são apresentadas líquidas dos tributos e dos descontos incidentes. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando concedidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. (nota 22)

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Caixa e bancos no país	3.090	7.162	3.387	7.436
Aplicações financeiras no país	915.058	528.604	915.058	528.604
Aplicações financeiras no exterior	30.830	294.733	418.471	587.406
	948.978	830.499	1.336.916	1.123.446

As aplicações financeiras apresentadas como caixa e equivalentes de caixa são títulos de liquidez imediata e representam risco insignificante de mudança de valor. No país as aplicações são remuneradas pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, com taxa média equivalente de 11,13% ao ano (8,20% em 31 de dezembro de 2013). No exterior as aplicações são predominantemente em Dólar (US\$) à taxa média de 0,33% ao ano (0,46% ao ano em 31 de dezembro de 2013).

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Controladora e consolidado		
	2014	2013
Saldo inicial	14.900	20.437
Resgates	(5.650)	(6.714)
Variações no valor justo	1.115	1.177
Saldo final	10.365	14.900

São remuneradas pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, à taxa média equivalente de 11,00% ao ano (taxa média de 8,31% ao ano em 31 de dezembro de 2013) e vinculadas a operações com o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (nota 15)

5. CONTAS A RECEBER

Os valores a receber de clientes indicados por mercado e por prazo de recebimento estão refletidos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Mercado interno	93.717	95.200	93.717	95.200
Mercado externo	171.489	111.953	332.083	286.797
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.031)	(1.174)	(1.985)	(2.333)
	264.175	205.979	423.815	379.664

O saldo de contas a receber do mercado interno é denominado em Reais e do mercado externo predominantemente em Dólar (US\$).

O montante de contas a receber da Controladora, no mercado externo, inclui valores referentes a partes relacionadas que são eliminados na consolidação. (nota 9)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
A vencer até 30 dias	82.700	96.509	235.773	242.307
A vencer de 31 a 60 dias	76.442	54.851	83.789	74.468
A vencer acima de 61 dias	74.856	34.214	13.048	18.184
Total A Vencer	233.998	185.574	332.610	334.959
Vencidas até 30 dias	16.112	11.981	67.293	26.853
Vencidas de 31 a 60 dias	4.202	2.366	5.217	5.229
Vencidas acima de 61 dias	10.894	7.232	20.680	14.956
Total Vencidas	31.208	21.579	93.190	47.038
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.031)	(1.174)	(1.985)	(2.333)
Total	264.175	205.979	423.815	379.664

A Companhia realiza análise qualitativa dos principais clientes e quantitativa da carteira de títulos a receber para determinar a provisão para perdas em recebíveis, que apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldo inicial	1.174	1.525	2.333	3.068
Adições	316	295	1.037	705
Reversões	(111)	(30)	(1.037)	(824)
Baixas(*)	(348)	(616)	(348)	(616)
Saldo final	1.031	1.174	1.985	2.333

(*) Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Produtos acabados	121.213	67.510	212.520	118.018
Produtos em elaboração	40.379	31.476	52.409	59.346
Matérias-primas	43.574	39.566	88.570	74.159
Materiais de manutenção e outros	34.797	33.794	34.797	33.787
Provisão para perdas	(3.957)	(3.733)	(9.075)	(7.544)
	236.006	168.613	379.221	277.766

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e/ou produção, considerando o método de absorção total de custos industriais, ajustado ao valor realizável líquido, quando aplicável.

O custo dos estoques reconhecido como despesa durante o exercício em relação às operações continuadas foi de R\$1.705.861 na Controladora (R\$1.737.207 em 31 de dezembro de 2013) e R\$2.547.808 no Consolidado (R\$2.554.117 em 31 de dezembro de 2013).

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía estoques de produtos acabados oferecidos em garantia de processos trabalhistas e previdenciários no montante de R\$17.447 na Controladora e no Consolidado.

A análise para a constituição de provisão considera a aplicabilidade, a capacidade de recuperação, realização e sinais de obsolescência. A provisão para perdas durante o exercício apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldo inicial	3.733	3.102	7.544	5.392
Adições	1.345	2.060	2.652	3.581
Baixas por perda	(1.121)	(1.429)	(1.121)	(1.429)
Saldo final	3.957	3.733	9.075	7.544

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

A Companhia recolhe os tributos sobre o lucro real em bases mensais (estimativa) e por ocasião dos ajustes anuais, nos exercícios de 2011, 2012 e 2014, apurou excesso de recolhimento. Referidos valores permaneceram ativados em função da priorização pela utilização de demais tributos a recuperar (nota 8). As projeções da Companhia apontam para a realização do ativo no ano de 2015.

8. DEMAIS TRIBUTOS A RECUPERAR

	2014			2013		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Controladora						
Crédito prêmio de IPI 1979/1981 (a)	-	-	-	28.342	-	28.342
Crédito prêmio de IPI 1988/1990 (b)	-	57.723	57.723	-	70.136	70.136
ICMS a recuperar - SP (c)	-	41.837	41.837	-	33.177	33.177
ICMS a recuperar - SC (d)	9.816	25.091	34.907	7.483	11.495	18.978
Benefício Reintegra (e)	10.579	-	10.579	8.853	-	8.853
COFINS, PIS e IPI a recuperar (f)	9.997	-	9.997	2.213	-	2.213
	30.392	124.651	155.043	46.891	114.808	161.699
Controladas						
Imposto sobre valor agregado - IVA (g)	26.524	-	26.524	44.052	1.850	45.902
Consolidado	56.916	124.651	181.567	90.943	116.658	207.601

A origem dos créditos acima relacionados é a seguinte:

a. Crédito Prêmio de IPI - Exportações 1979 a 1981.

O crédito corresponde ao benefício fiscal relativo às exportações realizadas pela Companhia entre os anos de 1979 e 1981, cujo direito à utilização foi reconhecido por decisões transitadas em julgado em 2003 (ação ordinária) e em 2011 (execução de sentença).

Em 2012, a Receita Federal do Brasil deferiu a habilitação integral do crédito, o que permitiu a sua compensação integral com tributos federais.

b. Crédito Prêmio de IPI – Exportações de junho de 1988 a outubro de 1990.

O crédito corresponde ao benefício fiscal relativo às exportações realizadas pela Companhia entre os anos de 1988 e 1990, cujo direito à utilização foi reconhecido por decisão transitada em julgado em 2009. Em 2012, a Companhia protocolou pedido de liquidação da referida sentença, tendo sido deferida a realização da prova pericial, etapa processual que pende de desfecho.

A Companhia tinha a expectativa de realização do crédito mediante a emissão de precatórios até 31 de dezembro de 2014, porém, em conjunto com seus assessores jurídicos, revisou tal prazo para 31 de dezembro de 2017, tudo em razão do tempo que tem sido consumido pelas etapas processuais do litígio em questão.

O saldo do principal é atualizado a taxa de 1% ao mês e o valor em 31 de dezembro de 2014 é de R\$100.413 (R\$97.538 em 31 de dezembro de 2013). Considerando a referida expectativa de realização, a Companhia realiza o ajuste a valor presente, descontando o valor futuro do referido crédito com base na taxa de DI futuro (Depósito Interbancário) para prazo equivalente. O ajuste a valor presente do referido crédito em 31 de dezembro de 2014 é de R\$42.690 (R\$27.402 em 31 de dezembro de 2013).

c. ICMS a recuperar em São Paulo.

São créditos decorrentes de compras de matérias-primas utilizadas no processo de manufatura de produtos exportados.

d. ICMS a recuperar em Santa Catarina.

São créditos decorrentes de compras de matérias-primas utilizadas no processo de manufatura e de compras de ativos imobilizados realizáveis, na sua origem, em 48 parcelas conforme a legislação estadual aplicável.

e. Benefício Reintegra.

São créditos decorrentes do benefício instituído pela Medida Provisória 540 de 2 de agosto de 2011 e reinstituído pela Lei nº 13.043/14 e regulamentado pelo Decreto nº 8.304/14.

f. COFINS, PIS e IPI a recuperar

São créditos decorrentes da aquisição de insumos utilizados no processo produtivo e são compensados com os tributos incidentes na venda de mercadorias.

g. Imposto sobre valor agregado - IVA

São substancialmente créditos decorrentes da aquisição de insumos utilizados no processo produtivo das controladas no México e são reembolsados regularmente pelas autoridades fiscais locais.

9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações da Controladora com partes relacionadas podem ser resumidas como segue:

a. Empresas controladas:

Ativo	2014	2013
Contas a receber	74.756	26.737
Tupy American Foundry Corporation	47.643	8.945
Tupy Europe GmbH	27.113	14.576
Tupy Argentina S.R.L.	-	3.216
Partes relacionadas (mútuos)	3.055	502
Tupy Agroenergética Ltda.	3.055	502
	77.811	27.239

Passivo	2014	2013
Fornecedores	-	822
Tupy Mexico Saltillo, S.A. de C.V	-	822
Financiamentos e empréstimos	955.996	-
Tupy Overseas S.A	955.996	-
Adiantamentos de clientes	2.378	2.712
Tupy American Foundry Corporation	-	26
Tupy American Iron & Alloys Corporation	2.378	2.097
Tupy Europe GmbH	-	589
Títulos a pagar e outros	40.455	20.896
Tupy American Foundry Co.	8.401	7.867
Tupy American Iron & Alloys Corporation	1.037	906
Tupy Europe GmbH	31.017	12.123
Partes relacionadas (mútuos)	995	1.089
Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. - Sofunge "em liquidação"	995	1.089
	999.824	25.519

Demonstração do resultado	2014	2013
Receitas	638.537	529.010
Tupy American Foundry Corporation	487.136	405.950
Tupy American Iron & Alloys Corporation	162	121
Tupy Europe GmbH	151.221	121.429
Tupy Argentina S.R.L.	-	1.510
Tupy Agroenergética Ltda.	18	-
Compras	(388)	(1.599)
Tupy Mexico Saltillo, S.A. de C.V	(388)	(1.599)
Despesa financeira	(26.783)	(3)
Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. - Sofunge "em liquidação"	(9)	(3)
Tupy Overseas S.A.	(26.774)	-
	611.366	527.408

As atividades operacionais das controladas estão divulgadas na nota 2.2. Os direitos a receber e as receitas de vendas da Controladora com suas controladas são representadas basicamente por operações de venda de mercadorias dos segmentos automotivo e de hidráulica. Os valores respeitam as tabelas de preços de vendas praticados pela Companhia e os prazos são de 60 a 90 dias, conforme estabelecido entre as partes. Em 31 de dezembro de 2014 as partes relacionadas não apresentavam títulos em atraso e dessa forma a Companhia não possui provisão para perda desses recebíveis.

Adiantamentos de clientes corresponde a valores enviados pelas controladas no exterior para entregas futuras de mercadorias.

Contas a pagar e outros referem-se a conta corrente entre as Controladas no exterior e a Controladora, com prazo indeterminado.

As condições do empréstimo concedido pela Tupy Overseas S.A. para a Controladora estão divulgados na nota 15.

As demais operações correspondem a contratos de mútuos entre controladas no Brasil e a Companhia, com prazo indeterminado, remunerados pela variação da TR – Taxa Referencial.

b. Principais acionistas:

A Companhia tem como principais acionistas a PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

A Controladora mantém contrato de financiamento (projeto de expansão da Tupy S.A.) com saldo devedor em 31 de dezembro de 2014 de R\$177.481 com o BNDES (acionista controlador da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR), conforme detalhado na nota 15.

c. Remuneração dos administradores:

	Conselho de Administração		Diretoria Executiva		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Remuneração Fixa	864	865	5.133	4.554	5.997	5.419
Remuneração Variável	-	-	2.311	3.696	2.311	3.696
Remuneração baseada em ações (Nota 21)	422	-	774	-	1.196	-
	1.286	865	8.218	8.250	9.504	9.115

A remuneração global anual aprovada para o Conselho de Administração e Diretoria Executiva em AGO/E para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$17.070. Em 24 de novembro de 2014, foi aprovada em AGE a alteração da remuneração global anual para R\$21.089.

A remuneração dos administradores estatutários ocorre apenas na Controladora, portanto, não há remuneração nas empresas controladas.

Os valores registrados de remuneração variável da Diretoria Executiva são a título de provisão, em acordo com as metas estabelecidas para o exercício. As informações sobre o plano de participações em ações estão divulgadas na nota 21.

A título de benefícios corporativos, os Diretores da Companhia fazem jus a automóvel, reembolso de despesas destes, seguro saúde, plano de previdência e indenização por rescisão contratual. Em 31 de dezembro de 2014, estes benefícios totalizaram R\$951 (R\$1.254 no mesmo período do ano anterior).

A Companhia não oferece aos administradores, plano de benefício pós-exoneração.

d. Outras partes relacionadas:

A Controladora participa como patrocinadora na Associação Atlética Tupy, fundação sem fins lucrativos, que desenvolve atividades de lazer e esporte aos funcionários da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia reconheceu como despesa com patrocínio o montante de R\$1.292 (R\$996 em 31 de dezembro de 2013).

10. CRÉDITOS ELETROBRÁS

Os créditos decorrem do direito ao complemento da correção monetária do empréstimo compulsório da Eletrobrás e dos respectivos juros, conforme decisão transitada em julgado em 2003.

Em dezembro de 2011, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região corroborou a apuração realizada pela Companhia, confirmada por laudo pericial, na execução de sentença. A Companhia e a Eletrobrás interpuseram recursos ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal que pendem de julgamento.

O valor registrado pela Companhia reflete ainda a previsão legal que permite à Eletrobrás pagar uma parcela da referida dívida com ações, critério que está sendo questionado pela Companhia nos tribunais superiores, mas que, por ora, demanda o registro de provisão para perda de R\$18.294 (R\$16.731 em 2013).

A atualização monetária é reconhecida mediante a aplicação da variação do IPCA-E.

A Companhia estima que o crédito seja efetivamente recebido no período de 2 a 3 anos.

Abaixo quadro demonstrativo da evolução do saldo da conta:

Controladora e Consolidado			
	Crédito Eletrobrás	Provisão para perdas	Total líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2013	104.380	(16.461)	87.919
Atualização monetária	6.104	-	6.104
Provisão para perdas	-	(270)	(270)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	110.484	(16.731)	93.753
Atualização monetária	7.137	-	7.137
Provisão para perdas	-	(1.563)	(1.563)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	117.621	(18.294)	99.327

11. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

A Companhia possui ativos classificados como propriedades para investimentos, constituídos substancialmente por áreas de terras e florestas, de propriedade da controlada Tupy Agroenergética Ltda. O saldo contábil em 31 de dezembro de 2014 é de R\$6.544 (R\$6.546 em 2013), considerando o custo histórico como base para contabilização.

De acordo com última avaliação feita por empresa especializada o valor esperado na realização dos ativos aponta para uma faixa entre R\$27.663 (mínimo) e R\$51.228 (esperado).

12. INVESTIMENTOS

a. Composição dos investimentos

Controladora	Total do ativo	Patrimônio líquido	Ágio (Goodwill)	Lucro (prejuízo) exercício	Participação no capital social (%)	Equivalência patrimonial (*)	Valor patrimonial (*)
Em 31 de dezembro de 2014							
Investimentos em Controladas							
Tupy Mexico Saltillo, S.A. de C.V	935.835	667.025	30.513	(15.069)	100,00	(15.069)	697.538
Technocast, S.A. de C.V.	709.931	618.262	10.713	(34.445)	100,00	(34.445)	628.975
Servicios Industriales Technocast, S.A. de C.	16.965	6.034	-	(72)	100,00	(72)	6.034
Tupy Overseas	957.090	7.947	-	451	100,00	451	7.947
Tupy American Foundry Co.	142.899	61.318	-	3.100	100,00	606	56.318
Tupy American Iron & Alloys Co.	4.037	3.934	-	(148)	100,00	(148)	3.934
Tupy Europe GmbH	114.991	74.849	-	6.301	100,00	10.103	73.518
Tupy Argentina S.R.L.	30	30	-	623	100,00	623	30
Tupy Agroenergética Ltda.	10.590	6.998	-	(2.030)	100,00	(2.030)	6.998
Sociedade Técnica de Fundições Gerais SA. - Sofunge "em liquidação"	2.199	1.436	-	(84)	100,00	(84)	1.436
						(40.065)	1.482.728

(*) Ajustado pelos lucros não realizados

Controladora	Total do ativo	Patrimônio líquido	Ágio (Goodwill)	Lucro (prejuízo) exercício	Participação no capital social (%)	Equivalência patrimonial (*)	Valor patrimonial (*)
Em 31 de dezembro de 2013							
Investimentos em Controladas Diretas							
Tupy Mexico Saltillo, S.A. de C.V	905.879	600.713	30.513	38.950	100,00	38.950	631.226
Technocast, S.A. de C.V.	708.971	573.413	10.713	10.635	100,00	10.635	584.126
Servicios Industriales Technocast, S.A. de C.	13.854	5.463	-	3.229	100,00	3.229	5.463
Tupy American Foundry Co.	88.366	49.772	-	9.757	100,00	10.092	47.266
Tupy American Iron & Alloys Co.	3.613	3.507	-	550	100,00	550	3.507
Tupy Europe GmbH	97.237	64.250	-	13.645	100,00	11.590	59.117
Tupy Argentina S.R.L.	2.727	(593)	-	(1.428)	100,00	(1.428)	(593)
Tupy Agroenergética Ltda.	10.284	9.028	-	(1.253)	100,00	(1.253)	9.028
Sociedade Técnica de Fundições Gerais SA. - Sofunge "em liquidação"	2.291	1.520	-	(495)	100,00	(495)	1.520
						71.870	1.340.660

(*) Ajustado pelos lucros não realizados

b. Movimentação dos investimentos

Controladora	
Saldo em 01 de janeiro de 2013	1.122.199
Resultado da equivalência patrimonial	71.870
Variação cambial de investidas no exterior	146.591
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.340.660
Resultado da equivalência patrimonial	(40.065)
Adição ao investimento em controladas	6.214
Variação cambial de investidas no exterior	175.919
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.482.728

c. Tupy Overseas S.A.

Em 1º de julho de 2014 a Companhia constituiu em Luxemburgo a Tupy Overseas S.A. com a integralização de capital no montante de US\$50 (R\$110) e em 14 de julho de 2014 realizou um aumento de capital no montante de US\$2.750 (R\$6.214).

A Tupy Overseas S.A. foi constituída com o intuito de possibilitar a emissão de títulos de dívida no mercado internacional.

13. IMOBILIZADO

a. Movimentação do ativo imobilizado

Controladora	Máquinas, instalações e equipamentos	Edificações	Terrenos	Veículos	Móveis, utensílios e outros	Imobilizações em andamento	Total
Custo							
Saldo em 01 de janeiro de 2013	1.572.392	210.021	8.748	26.854	8.637	164.222	1.990.874
Adições	-	-	-	-	-	129.083	129.083
Transferência para imobilizado em uso	147.716	11.410	-	3.442	994	(163.562)	-
Baixas	(19.046)	(2.274)	-	(733)	(311)	-	(22.364)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.701.062	219.157	8.748	29.563	9.320	129.743	2.097.593
Adições	-	-	-	-	-	120.704	120.704
Transferência para imobilizado em uso	123.909	25.070	-	2.451	914	(152.344)	-
Baixas	(18.038)	(1.968)	-	(151)	(9)	-	(20.166)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.806.933	242.259	8.748	31.863	10.225	98.103	2.198.131

Depreciação							
Saldo em 01 de janeiro de 2013	(666.242)	(91.840)		(14.004)	(7.655)		(779.741)
Depreciação no período	(112.897)	(5.280)		(2.390)	(194)		(120.761)
Baixas	15.617	2.274		666	311		18.868
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(763.522)	(94.846)		(15.728)	(7.538)		(881.634)
Depreciação no período	(120.926)	(6.705)		(2.533)	(270)		(130.434)
Baixas	9.442	-		107	7		9.556
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(875.006)	(101.551)		(18.154)	(7.801)		(1.002.512)

Valor contábil

Em 31 de dezembro de 2013	937.540	124.311	8.748	13.835	1.782	129.743	1.215.959
Em 31 de dezembro de 2014	931.927	140.708	8.748	13.709	2.424	98.103	1.195.619

Consolidado	Máquinas, instalações e equipamentos	Edificações	Terrenos	Veículos	Móveis, utensílios e outros	Imobilizações em andamento	Total
Custo							
Saldo em 01 de janeiro de 2013	2.419.483	414.749	41.433	27.637	13.682	187.055	3.104.039
Adições	-	-	-	-	-	175.767	175.767
Transferência para imobilizado em uso	176.670	14.208	-	3.442	1.593	(195.913)	-
Variação cambial	123.471	30.059	4.440	121	3.804	3.223	165.118
Baixas	(19.046)	(2.274)	-	(735)	(311)	-	(22.366)
Transferência para propriedades para investimento	-	-	(1.950)	-	(22)	-	(1.972)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.700.578	456.742	43.923	30.465	18.746	170.132	3.420.586
Adições	-	-	-	-	-	191.891	191.891
Transferência para imobilizado em uso	153.506	27.994	-	2.451	1.606	(185.557)	-
Variação cambial	136.079	32.100	4.655	107	916	11.499	185.356
Baixas	(28.618)	(1.968)	-	(198)	(9)	-	(30.793)
Transferência para propriedades para investimento	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.961.545	514.868	48.578	32.825	21.259	187.965	3.767.040

Depreciação							
Saldo em 01 de janeiro de 2013	(1.306.488)	(195.314)		(14.692)	(9.023)		(1.525.517)
Depreciação no período	(138.262)	(9.810)		(2.446)	(511)		(151.029)
Variação cambial	(92.251)	(15.306)		(121)	(2.662)		(110.340)
Baixas	15.618	2.274		666	311		18.869
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(1.521.383)	(218.156)		(16.593)	(11.885)		(1.768.017)
Depreciação no período	(153.120)	(11.650)		(2.567)	(855)		(168.192)
Variação cambial	(103.485)	(17.104)		(107)	(649)		(121.345)
Baixas	19.057	-		144	7		19.208
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(1.758.931)	(246.910)		(19.123)	(13.382)		(2.038.346)

Valor contábil

Em 31 de dezembro de 2013	1.179.195	238.586	43.923	13.872	6.861	170.132	1.652.569
Em 31 de dezembro de 2014	1.202.614	267.958	48.578	13.702	7.877	187.965	1.728.694

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Imobilizações em andamento compreendem os projetos de automação do acabamento na planta de Joinville, regeneração de areia, tanto no Brasil quanto no México, na adaptação de uma de nossas linhas de produção à utilização de Ferro Vermicular (CGI).

b. Depreciação

A Companhia deprecia o imobilizado pelo método linear, utilizando as vidas úteis médias demonstradas a seguir:

	Vida útil média
Máquinas, instalações e equipamentos	15 anos
Edificações	35 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos

c. Capitalização de juros e encargos financeiros

A Companhia reconhece como custo de formação dos ativos os juros e encargos financeiros incorridos durante o exercício de construção, para os ativos qualificáveis.

O montante registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 totaliza R\$1.043 (R\$2.340 em 2013).

d. Garantias

Foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos no montante de R\$316.744 na Controladora e no Consolidado e R\$3.520 na Controladora e no Consolidado em garantia de processos tributários.

e. Valores segurados

Os ativos imobilizados estão segurados contra incêndio, danos elétricos e explosão. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos. (nota 30)

14. INTANGÍVEIS

Consolidado	Softwares	Relacionamento contratual com clientes	Acordo de não concorrência	Ágio (Goodwill)	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2013	-	470.568	2.524	41.226	514.318
Aquisição/custos de software	34.619	-	-	-	34.619
Variação cambial	-	64.719	321	-	65.040
Amortização	-	(53.641)	(619)	-	(54.260)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	34.619	481.646	2.226	41.226	559.717
Aquisição/custos de software	26.545	-	-	-	26.545
Variação cambial	138	57.165	213	-	57.516
Amortização	-	(58.223)	(673)	-	(58.896)
Impairment	-	(71.053)	-	-	(71.053)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	61.302	409.535	1.766	41.226	513.829

a. Softwares

Em janeiro de 2013, a Controladora adquiriu a licença para um sistema integrado de gestão empresarial (ERP), o qual não está sendo amortizado devido estar em processo de implementação. Adicionalmente, a Companhia está capitalizando os custos incorridos para adquirir o software e fazer com que ele esteja pronto para ser utilizado.

Ao longo do ano de 2015 o novo ERP entrará em operação.

b. Relacionamento contratual de clientes

O relacionamento contratual é oriundo da aquisição da Tupy México S.A., de C.V. e da Technocast S.A., de C.V. em 16 de abril de 2012 e foi valorizado com base na expectativa mínima de manutenção da carteira de clientes, considerando volumes de venda praticados em períodos anteriores à aquisição, bem como com as perspectivas de mercado disponíveis à época.

A valorização foi realizada mediante aplicação da metodologia MEEM (*"Multi-period excess earnings method"*), que compreendeu período de 10 anos, que significa o prazo mínimo projetado para a manutenção do relacionamento comercial com os clientes absorvidos. A amortização é realizada de forma linear.

Observamos, nos exercícios posteriores à aquisição, moderada retração da demanda de produtos aplicados ao mercado de mineração, quando comparado aos volumes originalmente projetados à época da aquisição. Não há evidências do momento de retomada aos níveis experimentados na época da aquisição, dessa forma se fez necessário o teste de redução ao valor recuperável (*impairment*).

A Companhia determinou o novo valor recuperável para o relacionamento contratual com clientes, com base no cálculo do valor em uso, mediante aplicação da metodologia MEEM, que compreendeu período remanescente de 7 anos.

As premissas-chave utilizadas pela administração nos cálculos dos valores em uso em 31 de dezembro de 2014 são as que seguem:

- as receitas foram definidas de acordo com as projeções de demanda por cliente nos próximos 7 anos;
- as margens operacionais foram determinadas com base no desempenho histórico e nas expectativas baseadas em investimentos e melhorias operacionais; e
- taxa de desconto em termos reais de 7,7% a.a., que reflete os riscos da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014 o valor do ativo intangível, líquido da amortização acumulada, era de R\$482.355, e o valor em uso apurado aplicando a metodologia e premissas descritas foi de R\$401.302 gerando o reconhecimento de *impairment* no montante de R\$71.053.

c. Acordo de não concorrência

Intangível identificado em acordo assinado entre as partes (comprador e vendedores) onde os vendedores se comprometem não investir em negócios envolvendo os produtos produzidos nas empresas objeto da transação (Tupy México S.A., de C.V. e Technocast S.A., de C.V.) por período de 05 anos. O valor foi calculado aplicando a metodologia da avaliação do negócio em cenários de eventual competição, comparando com cenário sem competição e a avaliação da probabilidade de que a competição pudesse ocorrer. A amortização será realizada de forma linear no período indicado.

d. Ágio (*goodwill*)

Intangível representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição e montante líquido do valor justo dos ativos e passivos das controladas Tupy México S.A., de C.V. e Technocast S.A., de C.V., gerado substancialmente por sinergias esperadas.

O ágio (*goodwill*) é alocado às controladas Tupy México S.A., de C.V. e Technocast S.A., de C.V., que são consideradas como duas unidades geradoras de caixa (UGC) e ambas pertencentes ao segmento automotivo.

Anualmente é verificada a existência de *impairment* do ágio registrado através da determinação do valor recuperável de uma UGC.

O valor recuperável é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa livre descontado, pós-tributos sobre o lucro e despesas de capital, baseadas em projeções de orçamentos financeiros em termos reais (sem inflação) aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao exercício de cinco anos foram perpetuados com base no fluxo de caixa do quinto ano. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2014 são as que seguem:

- as receitas foram definidas de acordo com projeções de demanda por cliente nos próximos cinco anos;
- a administração determinou as margens operacionais com base no desempenho histórico e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado; e
- taxa de desconto em termos reais de 7,7% a.a., que reflete os riscos específicos da Companhia.

A Companhia não identificou necessidade de ajuste de *impairment* sobre o ágio registrado.

15. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

			Controladora	
	Vencimento	Taxa efetiva	2014	2013
Moeda Nacional			803.434	757.192
(a) Projeto de expansão da Tupy S.A. - BNDES	Jul/2018	TJLP + 2,55% a.a.	143.028	202.917
(b) BNDES Exim - Pré-embarque (PSI)	Nov/2017	7,00% a.a.	506.220	405.638
(c) Notas de crédito de exportação	Ago/2017	5,70% a.a.	125.431	125.410
(d) Finame (PSI)	Abr/2024	5,66% a.a.	28.755	23.227
Moeda Estrangeira			1.335.158	1.042.477
(a) Projeto de expansão da Tupy S.A. - BNDES	Jul/2016	VC+6,39% a.a.	34.453	49.339
(e) Pré-pagamento de exportações	Set/2017	VC+Libor+4,00% a.a.	344.708	993.138
(f) Pré-pagamento de exportações - Tupy Overseas	Jul/2024	VC+6,76% a.a.	955.997	-
Parcela circulante			426.515	221.493
Parcela não circulante			1.712.077	1.578.176
			2.138.592	1.799.669

			Consolidado	
	Venc.	Taxa efetiva	2014	2013
Moeda Nacional			803.434	757.192
(a) Projeto de expansão da Tupy S.A. - BNDES	Jul/2018	TJLP + 2,55% a.a.	143.028	202.917
(b) BNDES Exim - Pré-embarque (PSI)	Nov/2017	7,00% a.a.	506.220	405.638
(c) Notas de crédito de exportação	Ago/2017	5,70% a.a.	125.431	125.410
(d) Finame (PSI)	Abr/2024	5,66% a.a.	28.755	23.227
Moeda Estrangeira			1.328.068	1.042.477
(a) Projeto de expansão da Tupy S.A. - BNDES	Jul/2016	VC+6,39% a.a.	34.453	49.339
(e) Pré-pagamento de exportações	Set/2017	VC+Libor+4,00% a.a.	344.708	993.138
(g) <i>Senior Unsecured Notes</i> - US\$350.000	Jul/2024	VC+6,76% a.a.	948.907	-
Parcela circulante			425.420	221.493
Parcela não circulante			1.706.082	1.578.176
			2.131.502	1.799.669

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

a) Projeto de Expansão da Tupy S.A. – BNDES

Trata-se de financiamento para expansão obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, contratado em 15 de junho de 2009, no valor de R\$ 199.343, com prazo médio de 4,5 anos, e prevendo 89% de recursos com custos em reais e 11% em dólares norte-americanos. As garantias são compostas por equipamentos fabris, hipoteca, fiança bancária e depósito caução de 12% do saldo devedor. (nota 4)

Em janeiro de 2012, a Companhia contratou novo empréstimo no montante de R\$ 195.934 junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, na modalidade Finem, com prazo médio de 4,3 anos, dos quais, R\$ 127.094 foram liberados até 31 de dezembro de 2013, cuja finalidade é financiar investimentos, realizados e a realizar, entre 2011 e o primeiro trimestre de 2013.

O novo contrato prevê 83% de recursos com custos em Reais e 17% em Dólares norte-americanos. As garantias são compostas por equipamentos fabris das unidades de Usinagem e de Blocos da planta de Joinville, SC.

Os contratos possuem cláusulas restritivas (“*Covenants*”), cujo descumprimento por parte da Companhia resultaria na obrigatoriedade de contratação de fiança bancária. Os *Covenants* aplicados a esses contratos são representados pelos seguintes indicadores financeiros: (i) Dívida Líquida/EBITDA; (ii) Patrimônio Líquido / Ativo Total; e (iii) Ativo Circulante / Passivo Circulante.

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo devedor é de R\$177.481 (R\$252.256 em 31 de dezembro de 2013), a variação decorre substancialmente a amortização de R\$74.776 ocorrida durante o exercício.

b) BNDES Exim – Pré-embarque (PSI)

A Companhia captou R\$200.000 em julho de 2012 e R\$200.000 em abril de 2013 na respectiva modalidade, com amortização ao final de 3 anos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o saldo devedor é de R\$506.221 (R\$405.638 em 31 de dezembro de 2013), a variação no exercício corrente decorre de novas captações realizadas no segundo semestre de 2014 no total de R\$100.000.

c) Nota de crédito exportação - NCE

Nos meses de fevereiro e março de 2013 foram contratadas operações de NCE no montante de R\$ 125.000 junto aos Bancos do Brasil e Itaú, todas com prazo médio de 3 anos e amortização ao final do contrato.

Em setembro de 2014 a Companhia liquidou R\$ 25.000 e realizou uma nova captação no montante de R\$25.000 com vencimento em agosto de 2017 e taxa de 6,5%a.a.

d) Finame (PSI)

Durante o exercício de 2014 a Companhia contratou novas operações de Finame para aquisição de Máquinas e Equipamentos, no montante de R\$7.795 (R\$6.982 em 2013). As operações têm carência de 2 anos e amortização em 8 anos com pagamentos mensais.

e) Pré-pagamento de exportações

Em 2011 a Companhia captou US\$420.000, equivalente a R\$745.991, com prazo médio de 4,5 anos.

No segundo semestre de 2014 a Companhia realizou a liquidação antecipada de US\$291.429 (R\$653.196), com os recursos advindos da emissão de dívida no exterior (*Senior Unsecured Notes*).

O contrato remanescente possui *Covenant*, Dívida Líquida/EBITDA, cujo descumprimento por parte da Companhia resultaria no vencimento antecipado do referido contrato.

f) Pré-pagamento de exportações - Tupy Overseas S.A.

Em julho de 2014 a controlada Tupy Overseas S.A. realizou operação de pré-pagamento exportação para a Controladora no montante de US\$349.000 (R\$781.865). Os juros serão pagos semestralmente nos meses de janeiro e julho e com vencimento do principal em 10 anos.

g) Senior Unsecured Notes

Em julho de 2014 a Companhia concluiu a emissão de títulos de dívida ("Emissão") no mercado internacional, por meio de sua controlada Tupy Overseas S.A., garantidos pela Controladora, no montante de US\$350.000 (R\$776.649), com amortização única em julho de 2024.

Os juros, ao cupom de 6,625% ao ano, serão pagos semestralmente nos meses de janeiro e julho.

Os recursos provenientes da Emissão estão sendo utilizados para pagamento de dívidas da Companhia, com vencimentos entre 2014 e 2017.

A Emissão possui *Covenants* tendo como principal indicador financeiro, dívida líquida/EBITDA, cujo descumprimento por parte da Companhia poderia resultar no impedimento de: (i) efetuar novas captações de empréstimos e financiamentos; (ii) distribuir dividendos superiores ao mínimo legal; (iii) realizar investimentos não relacionados a manutenção das atividades produtivas; e (iv) recomprar ações emitidas pela Companhia.

Adicionalmente, é aplicável à Emissão *Covenants* não financeiros. A principal medida não financeira que poderia resultar no vencimento antecipado da Emissão é a mudança de controle da Companhia que reduza a classificação externa de risco (*rating*).

h) Valor justo de empréstimos e financiamentos

A Companhia calcula o valor justo dos seus empréstimos e financiamentos (nível 2 da hierarquia), através do desconto dos fluxos futuros de pagamentos destes, pelas curvas, taxas de juros e moedas observáveis no mercado financeiro. Em 31 de dezembro de 2014, o valor justo era de R\$2.131.436 (R\$1.865.537 em 31 de dezembro de 2013).

i) Vencimentos de longo prazo

Ano	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
2015	-	557.931	-	557.931
2016	472.016	667.641	472.016	667.641
2017	276.131	322.002	276.131	322.002
2018	23.364	21.801	23.364	21.801
2019-2023	13.444	8.801	13.444	8.801
2024	927.122	-	921.127	-
	1.712.077	1.578.176	1.706.082	1.578.176

16. FINANCIAMENTOS DE IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS

a. Anistia da Lei nº. 10.684/03 ("PAES")

Em 31 de julho de 2003 a então controlada Tupy Fundições Ltda. formalizou pedido de adesão à anistia então denominada de PAES (Parcelamento Especial), previsto na Lei nº. 10.684/03, para recolhimento de débitos junto ao INSS, no montante de R\$58.379, que foram amortizados em 120 parcelas mensais, corrigidas pela TJLP, sem constituição de qualquer forma de garantia por parte da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$7.491, divididos em 8 parcelas que foram integralmente quitadas no exercício de 2013.

b. Anistia da Lei nº. 12.865/13

Em 19 de dezembro de 2013 a Companhia formalizou, perante a Receita Federal do Brasil, pedido de adesão ao programa de anistia previsto na Lei nº. 11.941/09 e reaberto pela Lei nº. 12.865/13, relativamente aos débitos de Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, PIS e COFINS do ano de 2000, no montante de R\$9.628, já consideradas as reduções de multas e juros previstas no programa.

Em 10 de novembro de 2014 a Companhia promoveu a quitação antecipada do referido parcelamento, nos termos da MP 651 (posteriormente convertida na Lei 13.043/14), mediante o pagamento de R\$ 2.972 com recursos do caixa e o saldo residual de R\$ 6.935 com prejuízos fiscais da controlada Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. – SOFUNGE.

17. SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Salários	10.659	9.605	14.978	15.523
Provisão de férias e 13º salário	41.101	44.119	46.073	48.701
Encargos sociais	8.569	9.896	13.406	14.527
Programa de participação no resultado	35.553	36.382	40.677	42.843
Previdência privada	1.476	1.251	1.476	1.251
	97.358	101.253	116.610	122.845

O programa de participação dos empregados no resultado da Companhia é proporcional ao exercício aquisitivo e está atrelado a índices econômico/financeiros e operacionais e metas de desempenho individuais. Em 2011 a Companhia instituiu plano opcional de previdência privada, para todos os empregados no Brasil. A modalidade do plano é o de contribuição definida onde para cada valor contribuído por empregado, limitado a um percentual estabelecido sobre a folha de pagamento, a Companhia contribui com igual valor.

18. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

As operações no México possuem obrigações de benefícios definidos. O objetivo dos planos de benefícios definidos é oferecer aos funcionários benefícios de aposentadoria, adicionais e complementares aos prestados por outros planos de aposentadoria ou pensão, públicos ou privados, adicionalmente a legislação mexicana também prevê outros benefícios definidos de prêmio por antiguidade e indenização legal.

Consolidado		
Obrigações registradas no balanço patrimonial	2014	2013
Benefícios de planos previdenciários		
Plano de pensão	3.685	2.061
Outros benefícios a empregados		
Prêmio por antiguidade	4.374	3.801
Indenização legal	13.308	10.887
	21.367	16.749

19. PROVISÕES TRIBUTÁRIAS, CÍVEIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS

A Companhia possui processos em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões, no caso de perdas prováveis, suportadas por opiniões de assessores jurídicos.

As movimentações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 nas provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas e os respectivos saldos estão compostas da seguinte forma:

Controladora						
	Cíveis (a)	Tributárias (b)	Trabalhistas (c)	Previdenciárias (d)	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2013	78.955	10.285	14.992	4.484	(9.334)	99.382
Adições	(24)	-	11.083	2.536	(1.199)	12.396
Atualizações	1.628	114	-	-	(355)	1.387
Pagamentos	-	(2.330)	(7.645)	-	-	(9.975)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	80.559	8.069	18.430	7.020	(10.888)	103.190
Adições	-	7.122	18.450	-	(792)	24.780
Atualizações / Reversão	(26.347)	(1.553)	-	-	(377)	(28.277)
Pagamentos	(2.885)	(1.012)	(11.383)	-	-	(15.280)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	51.327	12.626	25.497	7.020	(12.057)	84.413
Parcela circulante						9.514
Parcela não circulante						74.899
						84.413

Consolidado						
	Cíveis (a)	Tributárias (b)	Trabalhistas (c)	Previdenciárias (d)	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2013	79.414	10.328	15.065	4.484	(9.543)	99.748
Adições	(24)	-	12.298	2.536	(1.199)	13.611
Atualizações	1.628	114	-	-	(355)	1.387
Pagamentos	-	(2.330)	(7.748)	-	(93)	(10.171)
Baixas	-	-	-	-	93	93
Saldo em 31 de dezembro de 2013	81.018	8.112	19.615	7.020	(11.097)	104.668
Adições	-	7.122	20.354	-	(792)	26.684
Atualizações / Reversão	(26.347)	(1.553)	-	-	(377)	(28.277)
Pagamentos	(2.885)	(1.012)	(13.491)	-	-	(17.388)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	51.786	12.669	26.478	7.020	(12.266)	85.687
Parcela circulante						10.025
Parcela não circulante						75.662
						85.687

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em geral, as provisões da Companhia são de longo prazo. Considerando o tempo necessário para concluir os processos judiciais através do sistema judiciário brasileiro, é difícil fazer estimativas precisas sobre o ano específico que um processo judicial será concluído, por esse motivo a Companhia não está divulgando o fluxo de liquidação destes passivos.

As provisões acima descritas são atualizadas, principalmente, pela variação da taxa SELIC e IGPM e seus reflexos no resultado do exercício estão descritos na nota 25.

a. Cíveis

O valor da provisão para contingências cíveis, em 31 de dezembro de 2013, era de R\$81.018, dos quais, R\$26.392 eram relacionados a contingência proveniente de aquisição de controlada. O residual é substancialmente relacionado aos honorários de êxito em processos judiciais.

Em conjunto com seus assessores jurídicos, a Companhia revisou o critério de correção da provisão proveniente de aquisição de controlada e, assim, a ajustou ao montante cujo prognóstico, no caso de cobrança, é considerado provável, resultando no valor de R\$ 4.605. A diferença entre os critérios de correção, R\$23.859, foi acrescida às contingências possíveis.

b. Processos de natureza tributária

Tratam-se de provisões relacionadas a processos administrativos fiscais que versam sobre determinados creditamentos adotados pela Companhia na apuração dos tributos ICMS, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL.

c. Processos de natureza trabalhista

São processos movidos por ex-empregados em trâmite na Justiça do Trabalho, pleiteando indenizações e verbas trabalhistas supostamente devidas pela Companhia.

d. Processos de natureza previdenciária

As provisões previdenciárias estão relacionadas a supostos débitos decorrentes de divergências entre a declaração das contribuições previdenciárias (GFIP) e o respectivo pagamento (GPS). Tais divergências decorrem de valores questionados pela Companhia e foram devidamente depositados em juízo.

Contingências com probabilidade de perdas possíveis

As contingências passivas cujas perspectivas de perda são consideradas possíveis, nos termos da avaliação da Administração em conjunto com os assessores jurídicos externos da Companhia, são descritas no quadro demonstrativo a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Processos de IRPJ e CSLL (e)	116.689	115.408	117.288	115.458
Créditos de PIS, COFINS e IPI (f)	61.614	77.319	61.704	77.409
Débitos quitados em anistia fiscal (g)	-	50.566	-	50.566
Créditos de ICMS (h)	95.054	93.275	95.054	93.275
Débitos fiscais prescritos (i)	125.604	120.544	125.604	120.544
Processos de natureza aduaneira (j)	47.028	45.774	47.028	45.774
Processos de natureza previdenciária (k)	73.142	69.610	85.694	76.998
Processos de natureza trabalhista (l)	24.489	17.730	24.630	17.836
Processos de natureza cível e outros (m)	26.569	1.310	29.448	3.547
	570.189	591.536	586.450	601.407

e. Créditos de PIS e COFINS

Processos de PIS e COFINS: Processos administrativos nos quais a Receita Federal do Brasil questiona a Companhia pela utilização de créditos gerados nas aquisições de insumos nos períodos entre os anos de 2004 e 2011 (divergências na conceituação de insumos). A Companhia apresentou defesa administrativa demonstrando a pertinência dos creditamentos em atendimento à legislação tributária.

As principais variações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 decorrem dos seguintes fatores: (i) a Companhia teve acesso a extratos da Receita Federal do Brasil que permitiram a atualização dos valores envolvidos nos respectivos processos; e (ii) a Companhia, em conjunto com seus assessores externos, reavaliou o prognóstico de perda de todos os processos relativos aos créditos de PIS/COFINS, viabilizando a reclassificação de parte das contingências consideradas possíveis em remotas e prováveis (as prováveis estão consideradas nas provisões tributárias).

f. Processos de IRPJ e CSLL

Processos de IRPJ e CSLL: Processos administrativos dos anos de 1994 e 2006 nos quais a Receita Federal do Brasil questiona, respectivamente, a determinação do lucro tributável e a utilização do IRPJ estimativa. A Companhia apresentou defesa sustentando que a apuração fiscal foi realizada de forma adequada.

As principais variações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 decorrem da atualização dos valores envolvidos nos respectivos processos, conforme extratos obtidos perante a Receita Federal do Brasil.

g. Débitos quitados em anistia fiscal

Débitos quitados pela Companhia mediante adesão a anistia fiscal da MP 470/09, nos quais a Receita Federal do Brasil questiona a suposta incompatibilidade destes ao referido programa. A Companhia está pleiteando, em juízo, a homologação, diante da plena compatibilidade entre os débitos e anistia concedida.

Em dezembro de 2014, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região deu provimento ao recurso interposto pela Companhia em ação anulatória, reconhecendo a plena compatibilidade entre a natureza dos débitos e a referida anistia fiscal. A decisão permitiu que a Companhia reclassificasse o risco de perda para remoto.

h. Créditos de ICMS

Processos administrativos e judiciais, de iniciativa dos fiscos estaduais de São Paulo e de Santa Catarina, dos anos de 2008 a 2013, nos quais são questionados determinados creditamentos de ICMS realizados pelos estabelecimentos de Mauá e de Joinville. Em todos os processos, a Companhia tem demonstrado a pertinência dos creditamentos realizados em atendimento à legislação tributária.

i. Débitos fiscais prescritos

Cobranças fiscais administrativas e judiciais promovidas pela União relativa a supostas compensações de débitos com Crédito-Prêmio de IPI. A Companhia está se defendendo, arguindo a prescrição dos referidos débitos, nos termos da jurisprudência dos tribunais superiores.

As variações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 decorrem da atualização dos valores envolvidos nos respectivos processos, conforme extratos obtidos perante a Receita Federal do Brasil.

j. Processo de natureza aduaneira

Processo administrativo instaurado em 2006 no qual a Receita Federal do Brasil exige da Companhia multa correspondente ao valor aduaneiro de mercadorias relativamente à importação de insumo. Em sua defesa, a Companhia sustenta e evidencia a licitude das operações descritas na autuação, bem como demonstra que parte das mercadorias listadas na autuação sequer foram destinadas à Companhia.

k. Processos de natureza previdenciária

Processos administrativos e judiciais, dos anos de 1998 e 2008, de iniciativa do fisco federal em razão de supostos débitos relativos às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento e devidos por prestadores de serviço (responsabilidade subsidiária). Em todos os processos, a Companhia tem se defendido demonstrando que os procedimentos fiscais adotados estão em plena consonância com a legislação tributária.

As variações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 decorrem da atualização dos valores envolvidos no respectivo processo.

l. Processos de natureza trabalhista

São processos movidos por ex-empregados e ex-representante comercial em trâmite na Justiça do Trabalho, pleiteando indenizações e verbas trabalhistas supostamente devidas pela Companhia.

m. Processo de natureza cível

Os processos cíveis versam, em geral, sobre controvérsias com antigos fornecedores da Companhia. A principal variação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 decorre de reclassificação de parcela da contingência originária da aquisição de controlada de provável para possível.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS, LÍQUIDOS

A composição dos créditos e débitos fiscais diferidos, originários de imposto de renda e contribuição social, de acordo com as contas do balanço, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Passivo diferido				
Imobilizado - ajuste de avaliação patrimonial	46.021	53.503	46.021	53.503
Diferenças de taxas de depreciação	55.149	44.364	55.149	44.364
Imposto diferido sobre intangíveis	-	-	123.388	145.162
Sub-total	101.170	97.867	224.558	243.029
Ativo diferido				
Provisão para perdas no contas a receber	2.274	1.349	2.274	1.349
Provisão para perdas nos estoques	1.346	1.269	1.346	1.269
Impostos e contribuições a recuperar	14.515	9.317	14.515	9.317
Ferramentais de terceiros	1.687	3.326	1.687	3.326
Créditos Eletrobrás	6.220	5.688	6.220	5.688
Salários, encargos sociais e participações	12.089	12.373	24.264	22.102
Provisões para contingências	32.799	38.787	43.721	44.034
Outros itens	7.450	3.918	7.450	3.918
Imobilizado - base fiscal (México)	-	-	20.732	46.456
Lucros não realizados nas subsidiárias	-	-	3.289	3.938
Sub-total	78.380	76.027	125.498	141.397
Total líquido do passivo diferido	22.790	21.840	99.060	101.632

A legislação tributária no México permite que a Companhia faça a depreciação com base no ativo imobilizado fiscal, dessa forma a Companhia registra a diferença temporária da depreciação entre a base

fiscal e a contábil. Em 31 de dezembro de 2014 a diferença temporária é de R\$20.732 (R\$46.456 em 31 de dezembro 2013). A variação no exercício decorre do impacto cambial entre a moeda de apuração dos tributos no México, Pesos Mexicanos, e a Moeda Funcional das controladas no México.

Para o ativo diferido de imposto de renda e contribuição social, a Companhia elaborou estudo técnico de viabilidade, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração, o qual indica a plena recuperação destes tributos diferidos. A estimativa de realização futura, baseada na projeção de lucros da Companhia e na expectativa de realização efetiva das diferenças temporárias, é como segue:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
2014	-	24.708	-	42.468
2015	28.081	9.093	49.785	12.964
2016	10.907	3.405	12.635	7.276
2017	4.687	3.405	6.415	7.276
2018	4.687	3.405	6.415	7.276
Após	30.018	32.011	50.248	64.137
	78.380	76.027	125.498	141.397

A controlada Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. - Sofunge (em liquidação) possui prejuízos fiscais de R\$37.224 em 31 de dezembro de 2014 (R\$56.280 em 31 de dezembro de 2013) e bases negativas da contribuição social de R\$42.456 em 31 de dezembro de 2014 (R\$61.511 em 31 de dezembro de 2013). A redução decorre da utilização de parte dos créditos no âmbito da Lei 13.043/14, conforme detalhado na nota 16 (b). No momento a Administração não vislumbra forma de realização do saldo remanescente, por esse motivo os respectivos créditos não estão registrados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 os créditos e débitos fiscais diferidos apresentaram a seguinte movimentação:

Despesa (Receita)	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldo inicial	21.840	28.724	101.632	120.436
Reconhecido no resultado do período	57.325	(6.884)	42.354	(31.335)
Reconhecido no resultado abrangente do período	(56.375)	-	(56.375)	-
Efeito de conversão para moeda de apresentação	-	-	11.449	12.531
Saldo final	22.790	21.840	99.060	101.632

21. CAPITAL SOCIAL, AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL, RESERVAS E DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS

a) Capital social

Composição do Capital Social em quantidade de ações	2014		2013	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas controladores				
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI.	40.061.154	27,8%	40.693.254	28,2%
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.	40.645.370	28,2%	40.645.370	28,2%
Administradores	6	0,0%	8	0,0%
Acionistas não controladores				
Fundação Embratel de Seguridade Social - TELOS	15.109.156	10,5%	15.109.156	10,5%
Demais acionistas	48.361.814	33,5%	47.729.712	33,1%
Total de ações em circulação	144.177.500	100,0%	144.177.500	100,0%

O capital autorizado é limitado a R\$1.200.000, representado por ações ordinárias escriturais nominativas, sem valor nominal.

A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

b) Opções de compra de ações

Em 24 de novembro de 2014, a Assembleia Geral aprovou o plano de outorga de ações aos diretores estatutários da Companhia e ao atual Presidente do Conselho de Administração (Beneficiários). As opções estão outorgadas aos Beneficiários com um preço de aquisição ou de exercício equivalente à média das cotações em Bolsa de Valores (ponderada pelo volume) dos últimos 30 dias anteriores à data de outorga da opção, salvo para (i) o preço de exercício fixado para o 1º Programa Anual, correspondente a R\$ 17,56 (observado que foi considerada para a definição do preço de exercício, a média das cotações em Bolsa de Valores (ponderada pelo volume) dos últimos 30 dias anteriores a 11 de abril de 2014; e (ii) o preço de exercício fixado para o 1º Programa Adicional correspondente a R\$ 12,03, calculado mediante a soma da (a) a média das cotações em Bolsa de Valores (ponderada pelo volume) dos últimos 30 dias anteriores a 11 de abril de 2014 mais (b) cotação das ações da Companhia em 26 de maio de 2009, divididos por 2.

Os Beneficiários poderão exercer as opções que lhes foram outorgadas, após 3 anos contados a partir da data da outorga (*Vesting*), salvo no âmbito do 1º Programa Anual, no qual as opções poderão ser exercidas após 3 anos contados a partir de 11 de abril de 2014, observado que as opções de compra de ações (i) serão exercidas de forma escalonada, sendo 33% no 3º ano, 33% no 4º ano e 34% no 5º ano, e (ii) devem ser exercidas em até 8 meses após a aquisição de cada direito de exercício ou até o dia 31 de dezembro (ou no dia útil anterior, caso a referida data não seja dia útil), de cada ano no qual o Beneficiário tenha adquirido o referido direito, o que ocorrer primeiro (Prazo de Exercício), observado que se houver restrição de negociação de ações de nossa emissão durante o Prazo de Exercício, o término do Prazo de Exercício será postergado na mesma quantidade de dias objeto da restrição.

As opções de compra ou subscrição de ações decorrentes do Programa Adicional, respeitarão os mesmos critérios e prazos do Programa Anual, salvo no caso do 1º Programa Adicional, no qual as opções poderão ser exercidas a partir de 30 de abril de 2017 e até 31 de dezembro de 2017.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

É composto de saldos de reavaliações de ativos efetuadas em 1990 nas contas de terrenos e edificações e em 2005 na conta de máquinas e equipamentos. O saldo residual das respectivas reservas em 31 de dezembro de 2014 é R\$13.811 (R\$14.718 em 2013) e R\$75.525 (R\$89.144 em 2013) que foi admitido como parte integrante do valor do custo dos respectivos bens. A realização contra a conta de lucros acumulados ocorre na proporção da depreciação dos ativos correspondentes, quando aplicável.

O saldo remanescente da conta de ajuste de avaliação patrimonial refere-se aos impactos de conversão do balanço das controladas que operam em moeda funcional diferente da moeda de apresentação dessas demonstrações financeiras, conforme relação divulgada na nota 2.

d) Reservas de lucros**▪ Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

▪ Reserva para investimentos

É constituída em montante não inferior a 5% do lucro líquido até o limite de 50% do capital social, apurado em cada exercício social. O saldo em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá exceder o valor do capital social.

Os saldos remanescentes de lucros, após as destinações da reserva legal e dividendos, foram retidos para a Reserva para Investimentos, conforme disposição do Estatuto Social da Companhia, que prevê a aplicação da respectiva reserva nos projetos de investimentos em expansão. Abaixo, apresentamos a evolução da reserva em comparação aos investimentos realizados.

Reserva para investimentos				
	Constituição	Capitalização	Saldo	Expansão (*)
2007	46.963	-	46.963	-
2008	131.295	-	178.258	79.864
2009	98.886	-	277.144	65.776
2010	97.440	-	374.584	61.080
2011	125.014	-	499.598	135.133
2012	48.220	(138.656)	409.162	109.035
2013	71.646	-	480.808	93.427
2014	73.887	-	554.695	84.364
			554.695	628.679

(*) Referem-se aos investimentos estratégicos em ativo imobilizado para expansão da capacidade produtiva.

A Assembleia Geral realizada em 30 de abril de 2012 aprovou a capitalização de R\$138.656 de reservas para investimentos, elevando assim o Capital Social da Companhia, naquela data, para R\$537.051.

e) Destinação dos resultados

É assegurado aos acionistas dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A destinação do lucro do exercício de 2014, a ser submetida à Assembleia Geral dos Acionistas, comparada com a de 2013 é a seguinte:

Base de cálculo dos dividendos	2014	2013
Lucro líquido do exercício	89.212	86.321
Constituição de reserva legal (5%)	4.461	4.316
	84.751	82.005
Proposta de distribuição (*)		
Juros sobre o capital próprio bruto	25.391	25.147
	25.391	25.147

(*) Para ações em circulação na data do balanço

Valores unitários por ação	2014	2013
Juros sobre o capital próprio bruto	0,17611	0,17442
Total proposto para distribuição	0,17611	0,17442

Os dividendos propostos, líquidos dos efeitos fiscais na parcela paga a título de juros sobre o capital próprio (15% de IRRF), representam 25% do lucro líquido (26% em 31 de dezembro de 2013) após as destinações legais.

O saldo destinado à reserva para investimento inclui a parcela de lucro do exercício não distribuída, no montante de R\$59.361 (R\$56.858 em 2013), adicionado da parcela de realização do ajuste de avaliação patrimonial de R\$14.526 (R\$14.788 em 2013).

Em 11 de abril de 2014, a Assembleia Geral aprovou a proposta da Administração de distribuição de resultado através de juros sobre o capital próprio de R\$25.147 (R\$0,17 por ação) referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, o qual foi liquidado em 25 de abril de 2014.

Em 17 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$25.391 (R\$0,18 por ação). Os juros sobre o capital próprio serão imputados ao dividendo relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, pelo seu valor líquido de R\$21.582 (R\$0,15 por ação). A Companhia realizou o pagamento dos referidos juros sobre o capital próprio em 30 de dezembro de 2014.

22. RECEITAS

Abaixo apresentamos a conciliação das receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas brutas	2.341.423	2.400.650	3.389.852	3.422.371
Devoluções e abatimentos	(38.560)	(32.714)	(59.352)	(57.111)
Receitas líquidas de devoluções e abatimentos	2.302.863	2.367.936	3.330.500	3.365.260
Impostos sobre vendas	(215.839)	(242.116)	(215.839)	(242.276)
Receitas	2.087.024	2.125.820	3.114.661	3.122.984
Receitas				
Mercado Interno	852.732	1.035.353	852.732	1.035.353
Mercado Externo	1.234.292	1.090.467	2.261.929	2.087.631
	2.087.024	2.125.820	3.114.661	3.122.984

23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Abaixo, apresentamos a composição dos custos e despesas por natureza, conciliadas com os custos e despesas por função apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Matéria prima e materiais de processo	895.159	889.674	1.404.351	1.428.615
Materiais de manutenção e consumo	129.459	133.920	218.521	212.338
Salários e encargos	418.535	420.235	582.587	575.230
Programa de participação no resultado	40.417	40.607	41.496	42.113
Benefícios sociais	102.824	91.491	106.868	95.193
Energia elétrica	46.076	100.182	106.402	130.940
Fretes e comissões sobre vendas	58.806	63.480	91.713	96.516
Honorários da administração	9.504	9.115	9.504	9.115
Outros custos	28.169	24.808	46.010	42.795
	1.728.949	1.773.512	2.607.452	2.632.855
Depreciação	128.492	116.084	166.240	146.342
Total de custos e despesas	1.857.441	1.889.596	2.773.692	2.779.197
Custo dos produtos vendidos	1.705.861	1.737.207	2.547.808	2.554.117
Despesas com vendas	76.799	78.756	124.058	123.342
Despesas administrativas	65.277	64.518	92.322	92.623
Honorários da administração	9.504	9.115	9.504	9.115
Total de custos e despesas	1.857.441	1.889.596	2.773.692	2.779.197

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
Resultado financeiro	2014	2013	2014	2013
Passivos financeiros ao custo amortizado	(122.302)	(106.354)	(121.480)	(106.355)
Empréstimos	(121.285)	(105.859)	(120.463)	(105.859)
Financiamento de impostos e encargos sociais	(893)	(103)	(893)	(104)
Títulos a pagar e outros passivos financeiros	(124)	(392)	(124)	(392)
Instrumentos financeiros derivativos	(865)	(3.819)	(865)	(3.819)
Swaps de taxa de juros	(865)	(3.819)	(865)	(3.819)
Outras despesas financeiras	(2.756)	(1.029)	(9.098)	(6.089)
Total das despesas financeiras	(125.923)	(111.202)	(131.443)	(116.263)
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	8.141	7.246	8.141	7.246
Créditos Eletrobrás	7.137	6.104	7.137	6.104
Aplicações financeiras	1.115	1.177	1.115	1.177
Investimentos em instrumentos patrimoniais	(111)	(35)	(111)	(35)
Empréstimos e recebíveis	73.029	35.094	73.029	35.094
Caixa e equivalentes de caixa	73.029	35.094	73.029	35.094
Créditos tributários e outras receitas financeiras	(2.581)	6.207	5.431	6.813
Total das receitas financeiras	78.589	48.547	86.601	49.153
Instrumentos financeiros derivativos	5.598	25.725	5.598	25.725
Non Deliverable Forward (NDF)	5.598	25.725	5.598	25.725
Variações cambiais	5.154	(108.641)	1.547	(94.275)
Variações cambiais, líquidas	10.752	(82.916)	7.145	(68.550)
Resultado financeiro, líquido	(36.582)	(145.571)	(37.697)	(135.660)

25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Constituição e atualização de provisões (nota 19)	2.328	(15.337)	424	(16.552)
Reversões de provisões	-	(270)	-	(270)
Baixa de bens do imobilizado (a)	(9.872)	(2.458)	(10.584)	(2.459)
Anistia da Lei n°. 12.865/13 (nota 16)	-	(9.628)	-	(9.628)
Crédito Pis/Cofins - Lei 9718/98	3.849	-	3.849	-
Resultado na venda de inservíveis e na baixa de ferramentais de terceiros e outros	(2.788)	(1.224)	2.145	2.746
	(6.483)	(28.917)	(4.166)	(26.163)
Depreciação de ativos não operacionais	(1.942)	(4.677)	(1.952)	(4.687)
Amortização de ativos intangíveis (nota 14)	-	-	(129.949)	(54.260)
Total de outras despesas operacionais, líquidas	(8.425)	(33.594)	(136.067)	(85.110)

a. Baixa de bens do imobilizado

Baixa de bens do imobilizado, resultado da realização de inventário físico com intuito de preparar a Companhia para migração do ERP, e que detectou a necessidade de revisão do saldo residual de alguns ativos.

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro (prejuízo) antes dos efeitos fiscais	144.511	128.929	167.205	123.017
Alíquota de imposto de renda	34%	34%	34%	34%
Despesa à alíquota	(49.134)	(43.836)	(56.850)	(41.826)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(13.622)	24.436	-	-
Depreciação de ativos não operacionais	(660)	(1.590)	(660)	(1.590)
Juros sobre o capital próprio	8.633	8.550	8.633	8.550
Imposto adicional das empresas de serviços - México	-	-	(3.029)	(4.269)
Efeito da correção do ativo imobilizado	-	-	8.581	10.740
Itens não recorrentes (a)	6.935	-	6.935	9.729
Demais (adições) exclusões permanentes	(2.544)	(4.513)	3.918	5.683
Efeitos de diferença de alíquota em controladas	(4.907)	(25.655)	(17.049)	(21.285)
Efeitos fiscais lançados ao resultado antes de impactos cambiais	(55.299)	(42.608)	(49.521)	(34.268)
Alíquota de imposto de renda antes de impactos cambiais	38%	33%	30%	28%
Efeito da moeda funcional sobre base tributária (b)	-	-	(28.472)	(2.428)
Efeitos fiscais lançados ao resultado	(55.299)	(42.608)	(77.993)	(36.696)
Alíquota de imposto de renda - Efetiva	38%	33%	47%	30%

a) Itens não recorrentes

Em 31 de dezembro de 2013, o Congresso mexicano aprovou uma reforma fiscal. Devido às mudanças na referida lei as controladas no México, Servicios Industriales Technocast, S.A. de C.V. e Diesel Servicios Industriales, S.A. de C.V. historicamente pagavam imposto de renda calculado sobre o fluxo de caixa (IETU) e não registravam imposto de renda diferido sobre as diferenças temporárias. Com o fim da apuração de imposto de renda sobre fluxo de caixa as referidas empresas passaram a apurar seu imposto de renda baseado no lucro fiscal e, desta forma, reconheceram em seus balanços R\$9.729 provenientes das diferenças temporárias geradas por obrigações com empregados.

Em 10 de novembro de 2014, a Companhia promoveu a quitação antecipada de parcelamento, nos termos da MP 651 (posteriormente convertida na Lei 13.043/14), que permitia a utilização de prejuízos fiscais de controladas para liquidação de débitos federais. Nesse âmbito, R\$ 6.935, originários de prejuízos fiscais da controlada Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. – SOFUNGE, foram reconhecidos e utilizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

b) Efeito da moeda funcional sobre base tributária

As bases tributárias dos ativos e passivos das empresas localizadas no México, onde a moeda funcional é o Dólar, são mantidas em Pesos Mexicanos por seus valores históricos. As flutuações nas taxas de câmbio modificam as bases tributárias e consequentemente efeitos cambiais são reconhecidos como receitas e/ou despesas de imposto de renda diferido.

c) Composição do efeito fiscal lançado ao resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Efeitos fiscais lançados ao resultado				
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.026	(49.492)	(35.639)	(68.031)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(57.325)	6.884	(42.354)	31.335
	(55.299)	(42.608)	(77.993)	(36.696)

27. LUCRO POR AÇÃO

	2014	2013
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	89.212	86.321
Média ponderada de ações em circulação	144.177.500	119.872.842
Lucro básico por ação - R\$	0,61877	0,72010

	2014	2013
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	89.212	86.321
Média ponderada de ações em circulação	144.358.658	119.872.842
Lucro diluído por ação - R\$	0,61799	0,72010

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia divulga as informações por segmento de negócio operacional, de acordo com aquelas informadas aos órgãos da administração para decisões sobre alocações de recursos e avaliações de desempenho, conforme descrito abaixo.

Automotivo (anteriormente produtos automotivos) - Fabricação, sob encomenda, de produtos fundidos e usinados, com elevado conteúdo tecnológico, tais como componentes para sistemas de propulsão (blocos e cabeçotes), freio, transmissão, direção, eixo e suspensão de veículos, para fabricantes mundiais de motores, automóveis de passeio, veículos comerciais (caminhões, ônibus e outros), máquinas de construção, tratores, máquinas agrícolas e geradores de energia.

Hidráulica (anteriormente produtos industriais) - Fabricação de conexões de ferro maleável para a indústria da construção, granelhas de ferro e aço para a indústria de beneficiamento de mármore e granitos e perfis de ferro fundido para uso diversificado.

Informações referentes aos segmentos reportados estão demonstradas a seguir:

a) Conciliação de receitas, custos, despesas e o lucro líquido

Consolidado	Automotivo		Hidráulica		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Receitas (nota 22)	2.866.642	2.870.063	248.019	252.921	3.114.661	3.122.984
Custos e despesas, exceto depreciação (nota 23)	(2.421.955)	(2.448.592)	(185.497)	(184.263)	(2.607.452)	(2.632.855)
Outras despesas operacionais líquidas, exceto amortização de intangíveis e depreciação (nota 25)	(3.874)	(24.347)	(292)	(1.816)	(4.166)	(26.163)
EBITDA (segundo a metodologia da Instrução CVM 527/12)	440.813	397.124	62.230	66.842	503.043	463.966
Depreciação e amortização	(289.344)	(196.602)	(8.797)	(8.687)	(298.141)	(205.289)
Resultado antes do resultado financeiro	151.469	200.522	53.433	58.155	204.902	258.677
Resultado financeiro líquido (nota 24)					(37.697)	(135.660)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro					167.205	123.017
Imposto de renda e contribuição social (nota 26)					(77.993)	(36.696)
Lucro líquido do período					89.212	86.321

b) Conciliação dos custos e despesas por segmento

Consolidado	Automotivo		Hidráulica		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Matéria prima e materiais de processo	1.321.570	1.346.683	82.781	81.932	1.404.351	1.428.615
Materiais de manutenção e consumo	203.214	198.985	15.307	13.353	218.521	212.338
Salários e encargos	541.777	535.094	40.810	40.136	582.587	575.230
Programa de participação no resultado	37.339	39.189	4.157	2.924	41.496	42.113
Benefícios sociais	99.382	88.584	7.486	6.609	106.868	95.193
Energia elétrica	95.561	120.241	10.841	10.699	106.402	130.940
Depreciação	157.443	137.655	8.797	8.687	166.240	146.342
Fretes e comissões sobre vendas	71.487	74.537	20.226	21.979	91.713	96.516
Honorários da administração	8.838	8.482	666	633	9.504	9.115
Outros custos	42.787	36.797	3.223	5.998	46.010	42.795
	2.579.398	2.586.247	194.294	192.950	2.773.692	2.779.197

c) Conciliação de ativos e passivos

Consolidado	Automotivo		Hidráulica		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
ATIVO						
Contas a receber, líquidas (nota 4)	380.656	342.527	43.159	37.137	423.815	379.664
Estoques (nota 5)	321.291	236.637	57.930	41.129	379.221	277.766
Ferramentais de terceiros	120.762	79.877	1.087	781	121.849	80.658
Títulos a receber e outros	29.910	26.353	5.097	2.688	35.007	29.041
Imobilizado (nota 9)	1.681.743	1.608.315	46.951	44.254	1.728.694	1.652.569
Intangível (nota 9)	513.829	559.717	-	-	513.829	559.717
Outros ativos não alocados	-	-	-	-	1.760.515	1.527.595
Total ativo consolidado	3.048.191	2.853.426	154.224	125.989	4.962.930	4.507.010

Consolidado	Automotivo		Hidráulica		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
PASSIVO						
Fornecedores	229.556	233.079	26.501	15.800	256.057	248.879
Impostos e contribuições	37.041	28.843	2.273	871	39.314	29.714
Salários, encargos sociais e participações	107.814	114.335	8.796	8.510	116.610	122.845
Adiantamentos de clientes	89.181	70.911	6.768	4.699	95.949	75.610
Títulos a pagar e outros	51.973	53.805	3.562	3.051	55.535	56.856
Imposto diferido sobre intangíveis (nota 12)	123.388	145.162	-	-	123.388	145.162
Outros passivos não alocados	-	-	-	-	2.243.703	1.926.043
Patrimônio líquido	-	-	-	-	2.032.374	1.901.901
Total passivo consolidado	638.953	646.135	47.900	32.931	4.962.930	4.507.010

Os ativos e passivos dedicados são alocados diretamente aos segmentos. Para aqueles de uso comum, utilizam-se critérios conforme sua aplicabilidade ou origem. Por não estarem diretamente relacionados à operação, a Companhia não aloca aos segmentos reportados os ativos de caixa e equivalentes de caixa, impostos e contribuições a recuperar e diferidos, depósitos judiciais e outros e investimentos em outras empresas. Do lado do passivo, pelo mesmo motivo, não são alocados os financiamentos e empréstimos, financiamentos de impostos e encargos sociais, dividendos, provisões, impostos diferidos e outros passivos de longo prazo.

d) Clientes relevantes responsáveis por mais de 10% das receitas totais da Companhia

A Companhia possui um portfólio diversificado de clientes nacionais e internacionais. No segmento automotivo existem clientes que individualmente representam mais de 10% das receitas consolidadas, conforme informações abaixo:

Consolidado - R\$ mil				
Receitas	2014	%	2013	%
Automotivo				
Cliente A	504.642	16,2	558.186	17,9
Cliente B	458.249	14,7	460.955	14,8
Demais clientes do segmento automotivo	1.903.751	61,1	1.850.922	59,3
Total Automotivo	2.866.642	92,0	2.870.063	91,9
Hidráulica	248.019	8,0	252.921	8,1
Total Receitas	3.114.661	100,0	3.122.984	100,0

A distribuição das vendas do segmento de hidráulica é pulverizada.

e) Informações acerca dos países em que a Companhia obtém receitas

As receitas provenientes de clientes atribuídos ao país sede e a cada país estrangeiro e sua participação nas receitas totais da Companhia para o exercício estão compostas abaixo:

Consolidado				
	2014	%	2013	%
América do Norte	1.628.272	52,3	1.577.662	50,5
Estados Unidos	952.627	30,6	934.167	29,9
México	589.223	18,9	563.165	18,0
Canadá	86.422	2,8	80.330	2,6
América do Sul e Central	893.449	28,7	1.077.057	34,5
Brasil - País Sede	852.732	27,4	1.035.353	33,2
Outros países	40.717	1,3	41.704	1,3
Europa	458.005	14,7	346.382	11,2
Reino Unido	187.581	6,0	158.913	5,1
Hungria	77.108	2,5	54.829	1,8
Itália	62.295	2,0	57.853	1,9
Holanda	40.892	1,3	31.204	1,0
França	40.986	1,3	15.683	0,5
Outros países	49.143	1,6	27.900	0,9
Ásia, África e Oceania	134.935	4,3	121.883	3,8
África do Sul	42.064	1,4	39.782	1,3
Japão	36.321	1,2	31.163	1,0
Outros países	56.550	1,7	50.938	1,5
Total	3.114.661	100,0	3.122.984	100,0

29. TRANSAÇÕES QUE NÃO IMPACTARAM NO CAIXA

A Companhia realizou transações que não impactaram o caixa, provenientes de atividades de investimento e, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa. Os montantes destas transações somaram R\$8.938 em 31 de dezembro de 2014 (R\$12.178 em 31 de dezembro de 2013).

30. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera a natureza e o grau de riscos envolvidos, de acordo com a orientação de seus consultores de seguros, e que a Administração entende como adequados.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Os riscos cobertos contemplam os seguintes itens e valores correspondentes:

	2014	2013
Prédios e edificações	322.693	258.443
Máquinas e equipamentos, móveis e utensílios	2.280.369	2.133.860
Estoques	304.254	249.749
Lucros cessantes	819.745	880.344
Responsabilidade civil geral	128.706	115.710
Responsabilidade civil administradores	60.000	60.000

31. COMPROMISSOS

A Companhia possui compromissos para aquisição de ativos de longa duração (imobilizado e intangível), contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos, no montante consolidado de R\$60.437 (R\$86.440 em 31 de dezembro de 2013), os quais serão liquidados com recursos próprios.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Empréstimos e recebíveis	1.281.058	1.074.044	1.835.652	1.552.479
Caixa e equivalentes de caixa	3	948.978	830.499	1.336.916
Contas a receber	5	264.175	205.979	423.815
Títulos a receber e outros ativos financeiros		67.905	37.566	74.921
<i>Impacto no resultado (*)</i>		<i>72.824</i>	<i>34.829</i>	<i>73.029</i>
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	110.212	109.284	114.218	114.185
Aplicações financeiras		10.365	14.900	10.365
Créditos Eletrobras		99.327	93.753	99.327
Investimentos em instrumentos patrimoniais		520	631	4.526
<i>Impacto no resultado</i>		<i>8.141</i>	<i>7.246</i>	<i>8.141</i>
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.370.342	2.010.205	2.454.989	2.150.072
Fornecedores		157.892	125.773	256.057
Financiamentos e empréstimos	15	2.138.592	1.799.669	2.131.502
Financiamento de impostos e encargos sociais		-	9.575	-
Dividendos e juros sobre capital próprio		139	24.119	139
Títulos a pagar e outros passivos financeiros		73.719	51.069	67.291
<i>Impacto no resultado</i>		<i>(122.302)</i>	<i>(106.354)</i>	<i>(121.480)</i>
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado	3.139	3.258	3.139	3.258
Instrumentos financeiros derivativos	33	3.139	3.258	3.139
<i>Impacto no resultado</i>		<i>4.733</i>	<i>21.906</i>	<i>4.733</i>

(*) Inclui a provisão para perdas com recebíveis

33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E HEDGE DE INVESTIMENTO LÍQUIDO NO EXTERIOR

a) Instrumentos financeiros derivativos

Controladora e Consolidado

Controladora e Consolidado						
Identificação	Característica da operação		Valor de referência	Vencimento	Valor justo	
	Exposição do Principal	Proteção			2014	2013
Operações designadas a valor justo por meio do resultado						
Non Deliverable Forward (NDF)	Dólar	Reais	468.520	jan/14	-	561
Swaps de taxa de juros	Taxa-Pré (Contratual)	CDI	200.000	jul/15	(3.139)	(3.819)
					(3.139)	(3.258)
Ativo circulante					-	561
Passivo circulante					(3.139)	(1.275)
Passivo não circulante					-	(2.544)
					(3.139)	(3.258)

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possuía operações de compra de dólares na modalidade NDF com valor de referência de US\$200.000, equivalente a R\$468.520, que foram liquidadas em 6 de janeiro de 2014 resultando no recebimento de R\$6.160.

Em 15 de junho de 2013, a Companhia contratou operação de swap de taxa de juros para mitigar o risco às taxas pré-fixadas de contratos de BNDES EXIM PSI (Nota 15), com valor de referência de R\$200.000 e vencimento em 15 de julho de 2015, na qual recebe 8% a.a. e paga o equivalente a 86,55% do CDI. Em 31 de dezembro de 2014 a respectiva operação apresentava valor justo (nível 2) a pagar de R\$3.139 (R\$3.819 em 31 de dezembro de 2013).

As operações com derivativos não possuem garantia.

b) Hedge de investimento líquido no exterior

Com o objetivo de atenuar os impactos da volatilidade cambial nos resultados, em 10 de janeiro de 2014, a Companhia passou a adotar o *hedge* de investimento líquido no exterior (*net investment hedge*) em substituição aos instrumentos financeiros derivativos que foram liquidados em 6 de janeiro de 2014.

A Companhia designou parte dos contratos de pré-pagamento de exportações (nota 15) no montante de US\$300.000, equivalente a R\$660.750 (R\$714.570 em 6 de janeiro de 2014) como instrumentos de *hedge* para os investimentos nas controladas no México, Tupy México Saltillo, S.A. de C.V. e Technocast, S.A. de C.V., que tem como moeda funcional o dólar (US\$). Em 17 de julho de 2014 a Companhia liquidou um contrato de pré-pagamento de exportações no montante de US\$150.000, equivalente a R\$332.895 que estava designado como instrumentos de *hedge* para os investimentos nas controladas no México.

Em 22 de julho de 2014 a Companhia designou o contrato de pré-pagamento de exportações – Tupy Overseas S.A. (nota 15) no montante de US\$349.000, equivalente a R\$772.302 como instrumento de *hedge* para a parcela residual dos investimentos nas controladas no México.

Dessa forma em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui contratos de pré-pagamento de exportação no montante de US\$477.571, equivalentes R\$1.268.525 designados como instrumentos de *hedge* para os investimentos nas controladas do México, Tupy México Saltillo, S.A. de C.V. e Technocast, S.A. de C.V., que têm como moeda funcional o dólar (US\$) e possuem ativos líquidos de US\$483.882, valor equivalente a R\$1.285.287, que representa uma efetividade de 98,7%.

No período findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia reconheceu em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, uma perda de R\$165.810 provenientes da conversão dos contratos de pré-pagamento designados como instrumentos de *hedge*.

34. GERENCIAMENTO DO RISCO FINANCEIRO

34.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia possui uma política de gestão financeira, que determina limites de exposição aos fatores de riscos financeiros (crédito, liquidez, mercado e operacional) e orienta sobre os mecanismos que a Companhia poderá utilizar para mitigá-los, incluindo a contratação de instrumentos financeiros derivativos e a utilização da contabilidade de *hedge*, bem como as formas de monitoramento para verificar a eficiência da aplicação da política de gestão financeira pela Administração.

34.2 Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e de equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, aplicações financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A gestão do risco de crédito de recebíveis de clientes é realizada através de avaliação conjunta da capacidade de pagamento, índice de endividamento, comportamento de mercado e histórico junto à Companhia, que estabelece os limites individuais de crédito. Adicionalmente, a Companhia realiza análise quantitativa e qualitativa da carteira de títulos a receber, para determinar a provisão para perdas em recebíveis. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui estimativa de perdas com relação às contas a receber de clientes de R\$1.985 (R\$2.333 em 31 de dezembro de 2013), que representa 0,5% do saldo de contas a receber consolidado em aberto nessa data (0,6% em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia não detém nenhuma garantia para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros.

34.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração deste risco é a manutenção de caixa mínimo.

Conforme previsto na política de gestão financeira, que visa garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar as operações da Companhia, o caixa mínimo equivale à projeção de três meses de: geração operacional e investimentos em ativo imobilizado e intangível, mais o saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo, líquido de instrumentos derivativos. Além disso, a Companhia administra sua carteira de aplicações observando critérios de concentração em instituições financeiras, bem como de seus ratings globais e locais.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros:

Consolidado	Fluxo de caixa contratual					Total do fluxo
	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos	
PASSIVOS FINANCEIROS						
Financiamentos e empréstimos	150.135	352.877	569.902	508.756	1.248.292	2.829.962
Instrumentos financeiros derivativos	1.638	1.027	-	-	-	2.665
Fornecedores, Títulos a pagar e outros	311.592	-	-	-	-	311.592
Dividendos a pagar	139	-	-	-	-	139
	463.504	353.904	569.902	508.756	1.248.292	3.144.358

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. Além disso, a Companhia apresenta geração de caixa suficiente para fazer frente ao fluxo de pagamentos futuros.

34.4 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco da oscilação nos valores dos instrumentos financeiros da Companhia, oriundas de mudanças nas taxas de juros, câmbio, e de preços praticados pelo mercado. A Companhia atua no gerenciamento do risco de mercado, administrando suas exposições a estes fatores, mantendo-os dentro de parâmetros aceitáveis de forma a otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia. Os instrumentos financeiros com taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de oscilação do fluxo de caixa e os pré-fixados a expõem ao risco de valor justo, podendo a Companhia utilizar-se de instrumentos financeiros derivativos, conforme segue:

Consolidado			
	Nota explicativa	2014	2013
Instrumentos de taxa variável		237.687	(652.551)
Ativos financeiros		925.423	543.504
Passivos financeiros	15	(487.736)	(1.196.055)
Instrumentos financeiros derivativos - <i>Nocional</i>	33	(200.000)	-
Instrumentos de taxa fixa		(1.025.295)	183.792
Ativos financeiros		418.471	587.406
Passivos financeiros	15	(1.643.766)	(603.614)
Instrumentos financeiros derivativos - <i>Nocional</i>	33	200.000	200.000

Análise de sensibilidade das variações nas taxas de juros variável

A Companhia possui aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos expostos à variação do CDI, bem como empréstimos e financiamentos atrelados à TJLP e Libor.

A oscilação na taxa de juros pode impactar os resultados futuros da Companhia. Apresentamos, a seguir, os impactos que seriam gerados pela oscilação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta.

Risco da Taxa de Juros				Consolidado			
Instrumentos de taxa variável	Risco	Divulgado	Cenários - Instrução Normativa nº 475				
			Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
Em Reais							
Aplicações	Taxa de Juros (CDI - % a.a)	11,59	12,40	15,50	18,60	9,30	6,20
Ativos Financeiros		925.423	925.423	925.423	925.423	925.423	925.423
Impacto Potencial		-	-	25.523	51.046	(26.247)	(54.027)
Empréstimos e Financiamentos	Taxa de Juros (TJLP - % a.a)	5,50	5,50	6,88	8,25	4,13	2,75
Passivos Financeiros		143.028	143.028	143.028	143.028	143.028	143.028
Impacto Potencial		-	-	(1.864)	(3.728)	1.889	3.828
Instrumento financeiro derivativo	Taxa de Juros (CDI - % a.a)	11,59	12,40	15,50	18,60	9,30	6,20
Passivos Financeiros		200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000
Impacto Potencial		-	-	(5.516)	(11.032)	5.672	11.676
Em Dólares							
Empréstimos e Financiamentos	Taxa de Juros (Libor - %)	0,36	0,36	0,45	0,54	0,27	0,18
Passivos Financeiros		344.708	344.708	344.708	344.708	344.708	344.708
Impacto Potencial		-	-	(312)	(623)	312	624

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Risco de moeda

A Controladora está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente da moeda funcional, o Real. As transações em moeda estrangeira são predominantemente denominadas em dólares (US\$).

A Companhia administra sua exposição às taxas de câmbio através da composição entre dívidas, aplicações financeiras, contas a receber, receitas de exportações em moeda estrangeira, operações com derivativos e o *hedge* de investimento líquido no exterior. A exposição da Companhia, considerando as controladas que utilizam o Real (R\$) como moeda funcional, está demonstrada a seguir:

Consolidado				
Exposição líquida com impacto no resultado		Nota explicativa	2014	2013
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa no exterior			30.830	321.980
Clientes no mercado externo			171.489	163.448
Instrumentos financeiros derivativos - <i>Nocional</i>		33	-	468.520
			202.319	953.948
Passivo				
Empréstimos em moeda estrangeira		15	(1.335.158)	(1.042.477)
<i>Hedge</i> de investimento líquido no exterior		33	1.268.525	-
Outros valores			(70.387)	(34.432)
			(137.020)	(1.076.909)
Exposição líquida com impacto no resultado				
Em R\$ mil			65.299	(122.961)
Em US\$ mil			24.584	(52.489)

As controladas que têm moeda funcional diferente do Real, possuem limitada exposição ao Peso Mexicano e ao Euro.

Análise de sensibilidade da Exposição Cambial

Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio, de acordo com a instrução normativa CVM nº 475, na qual a variável de risco é avaliada com oscilação de 25% e 50%, em relação ao cenário provável estimado pela Companhia. Esta análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

Consolidado	Cenários - Instrução Normativa CVM nº 475					
	Divulgado	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
Taxa do dólar	2,6562	2,70	3,38	4,05	2,03	1,35
Posição ativa	202.319	205.655	257.450	308.483	154.622	102.828
Posição passiva	(137.020)	(139.279)	(174.357)	(208.919)	(104.717)	(69.640)
Exposição líquida (R\$ mil)	65.299	66.376	83.093	99.564	49.905	33.188
Exposição líquida (US\$ mil)	24.584	24.584	24.584	24.584	24.584	24.584
Impacto Potencial (R\$ mil)	-	1.077	17.794	34.265	(15.394)	(32.111)

Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo produtivo, principalmente as sucatas, o ferro gusa, as ligas metálicas, o coque e a energia elétrica. Essas oscilações de preços podem provocar alterações nos custos da Companhia. A Companhia monitora os mesmos para refletir, em seus preços de venda, as eventuais oscilações.

34.5 Risco operacional

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas relacionadas a processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos e danos à reputação, além de buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implantação de controles para riscos operacionais é exercida por uma área centralizada de Controles Internos sob a gestão da alta administração.

34.6 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital, são de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Administração da Companhia acompanha a relação entre capital próprio (patrimônio líquido) e capital de terceiros que a Companhia utiliza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio do capital, a Companhia monitora o cumprimento de índices financeiros em contratos de financiamentos e empréstimos.

A relação de capital próprio versus capital de terceiros, ao final de cada período, é apresentada a seguir:

Consolidado		
	2014	2013
Capital próprio	2.032.374	1.901.901
Patrimônio líquido	2.032.374	1.901.901
Capital de terceiros	1.593.640	1.481.663
Total do passivo circulante e não circulante	2.930.556	2.605.109
Caixa e equivalentes de caixa	(1.336.916)	(1.123.446)
Relação capital próprio versus capital de terceiros	1,28	1,28

34.7 Valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (redução ao valor recuperável) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos.

Todos os instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado (nota 32) e o valor justo dos empréstimos e financiamentos divulgado na nota 15, são calculados mediante o desconto dos fluxos de caixas contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que estão disponíveis para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

As técnicas de avaliação utilizadas pela Companhia são classificadas como Nível 2 da hierarquia do valor justo. O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (nível 2) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso

dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas da Companhia.

34.8 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Contrapartes com classificação externa de crédito*				
Caixa e equivalentes de caixa				
AAA	695.110	578.441	1.035.482	768.958
AA+	253.868	252.058	285.592	305.341
A+	-	-	13.966	19.244
A-	-	-	-	28.899
Outros	-	-	1.876	1.004
	948.978	830.499	1.336.916	1.123.446
Aplicações financeiras				
AA+	10.365	14.900	10.365	14.900
Ativos financeiros derivativos				
AAA	-	421	-	421
AA+	-	140	-	140
	-	561	-	561
Créditos Eletrobrás				
BB	99.847	94.384	99.847	94.384
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Contas a receber				
Risco baixo	244.568	191.581	402.616	359.876
Risco moderado	18.421	13.224	20.013	18.614
Risco alto	1.186	1.174	1.186	1.174
	264.175	205.979	423.815	379.664
Outros ativos financeiros				
	67.905	37.566	78.927	54.270
Total	1.391.270	1.183.889	1.949.870	1.667.225

(*) A Companhia considera, para classificação do risco, o menor rating entre as agências classificadoras.

Os valores de contas a receber de clientes apresentam as seguintes classificações de risco:

- Risco baixo, clientes do segmento automotivo, exceto clientes que já apresentaram perdas históricas
- Risco moderado, clientes do segmento de hidráulica, exceto clientes que já apresentaram perdas históricas
- Risco alto, clientes que possuem saldos provisionados e perdas históricas.

Os outros ativos financeiros mantidos pela Companhia são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

* * *